ESG - ENVIRONMENTAL,SOCIAL AND GOVERNANCE
SINGEURB
IV Simpósio Nacional de Engenharia Urbana

Rio de Janeiro, 22 a 24 de novembro de 2023

CIDADE E SAÚDE: DISPONIBILIDADE E QUALIDADE DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER NO ENTORNO DE EQUIPAMENTOS DE SAÚDE MENTAL

CITY AND HEALTH: AVAILABILITY AND QUALITY OF PUBLIC OPEN SPACES NEAR MENTAL HEALTHCARE FACILITIES

BARBOSA DUARTE, Maria Raquel[1]; MASIERO, Érico[2]

[1] UFSCar, mraquelbd@gmail.com
[2] UFSCar, erico@ufscar.br

RESUMO

Este artigo procura investigar a possibilidade de uso de espaços públicos de lazer (EL) para desenvolvimento de atividades terapêuticas relacionadas àsaúde mental (SM). Transtornos mentais são mais frequentes no ambiente urbano. Após a reforma psiquiátrica, muitoscuidados às pessoas em sofrimento psíquico passaram a acontecer em serviços públicos de atendimento. OsCentros de Atenção Psicossocial (CAPS) do país utilizam espaços abertos para atividades terapêuticas, mas, nem sempre em espaços públicos. Tais iniciativas poderiam ser ampliadas se os serviços de saúde mental dispusessem espaços de lazer acessíveis, confortáveis e qualificados. O objetivo desse trabalho é verificar se os CAPS de um município do interior paulista dispõem de espaços públicos de lazer e se estes são adequados do ponto de vista de acessibilidade, segurança e confortopara o desenvolvimento de atividades terapêuticas. Para tanto, foi desenvolvido um quadro de indicadores e parâmetros referente à qualidade do espaço público. Foram analisados 21 EL no entorno de sete CAPS, com dados obtidos por meio de pesquisa documental e de levantamentos*in loco*. Oito dos 21 EL foram considerados adequados ao desenvolvimento de atividades terapêuticas. As principais inadequações dos EL relacionam-se à falta de acessibilidade por transporte público e à ausência de mobiliário urbano adequado. A qualificação do sistema de espaços livres pode contribuir para a promoção da saúde mental nas cidades.

Palavras-chave: Espaços Públicos de Lazer, Espaço Livre de uso Público, Saúde Mental.

ABSTRACT

This article seeks to investigate the possibilities of using public open spaces (POS) to develop therapeutic activities related to mental health. Mental disorders are more frequent in the urban environment. After the psychiatric reform, care for people in psychological distress began to take place in a networkof public care services.Psychosocial Care Centers (CAPS) in Brazil use open spaces for therapeutic activities, but not always in public spaces. Such initiatives could be expanded if mental health services had accessible, comfortable and qualified leisure spaces.The objective of this work is to verify if all CAPS of a municipality in the interior of São Paulo have public spaces for leisure and whether these are adequate from the point of view of accessibility, safety and comfort for the development of therapeutic activities.To this end, a framework of indicators and parameters was developed. 21 POS were analyzed in the vicinity of seven CAPS, with data obtained through documentary research and on-site survey. Eight of the 21 POS were considered suitable for the development of therapeutic activities. The main inadequacies of the POS are related to the lack of accessibility by public transport and the lack of adequate urban furniture. The requalification of the open space system contributes to the promotion of mental health in cities.

***Keywords**: Public Leisure Spaces, Public Open Spaces, Mental Health.*

1 INTRODUÇÃO

A quebra de paradigma do cuidado em saúde mental, com a substituição modelo asilar pela rede de atenção psicossocial de base territorial é uma mudança de concepção que envolve, em grande medida, o espaço físico, sobretudo os espaços de uso público.Ao refletir sobre as possibilidades que as pessoas em sofrimento psíquico têm de usufruir e vivenciar o espaço público e exercer seu direito à cidade, fica a questão: Os serviços públicos de saúde mental dispõem de espaços públicos de lazer adequados para o desenvolvimento de atividades terapêuticas externas com os usuários?Ainda que os profissionais dos CAPS conheçam e valorizem as estratégias do campo da atenção psicossocial, eles enfrentam dificuldades para viabilizar sua oferta, inclusive quanto ao espaço físico disponível (FRAZATTO e FERNANDES, 2021). Em estudo na cidade de Ribeirão Preto, SP, Fiorati (2010) afirma que as atividades terapêuticas são desenvolvidas mais frequentemente nos serviços, com poucas incursões para o território e que as poucas atividades realizadas nos espaços externos aos serviços são as visitas domiciliares, contudo estas não são desenvolvidas conjuntamente com o usuário.A participação em feiras livres, para mostra e venda da produção artesanal, é um dos exemplos de como podemos ter a cidade como cenário dos encontros, como matéria-prima de processos de subjetivação, e autonomia (YASUI, 2010 apud FRAZATTO e FERNANDES, 2021). Cirqueira (2009) afirma que as atividades recreativas "despretensiosas' geram impactos positivos no cuidado e no processo de sociabilização.

No âmbito do urbanismo, Gehl (2013) destaca o contato visual entre as pessoas é indispensável para uma experiência intensa e para dar chances de contato dentro e fora da edificação. Poder ouvir e falar também são importantes qualidades no espaço público urbano.Os espaços públicos de lazer (EL) em cidades brasileiras podem não oferecer condições adequadas de acesso ao pedestre. O acesso por transporte público pode ser decisivo tanto para que a população chegue aos serviços de saúde, quanto aos de lazer. Obstáculos para o acesso podem desestimular a busca por cuidado ou a continuidade dos atendimentos.Além da acessibilidade, a qualidade do espaço, em termos de conforto ao usuário e da variedade de atividades para públicos diversos, também érelevante.

A adequada conceituação dos espaços analisados e definição dos parâmetros utilizados é importante para possibilitar estudos comparativos sobre os mediadores da correlação entre espaços abertos e saúde (KOOHSARI *et al.,* 2015). Os espaços públicos são locais que possibilitam a interação social, a atividade física e o contato com a natureza, hábitos relacionados ao bem-estar da população. Neste trabalho utilizamos o termo "Espaço de Lazer (EL)" em referência aos espaços urbanos livres, públicos, com potencial para uso de recreação, com áreas parcialmente cobertas por vegetação e qualificados ou a qualificar com mobiliário urbano, calçamento e iluminação pública, como parques ou praças.Quanto ao público, por usuários dos serviços de saúde mental entendemos tanto as pessoas com transtornos mentais quanto seus familiares cuidadores acompanhados pelos profissionais do serviço.

A disponibilidade de espaços públicos acessíveis e qualificados é uma forma de garantir o direito à cidade. Nos EL, as pessoas em sofrimento psíquico podem ter mais oportunidades de convivência e favorecer a autonomia do sujeito. Pani (2016) enfatiza a importância de desenvolver espaços comuns na escala do bairro, que beneficiam toda a comunidade.O mobiliário urbano pode trazer uma contribuição valiosa aos encontros no espaço das cidades (Gehl, 2013). A sua importância é discutida em pesquisas qualitativas sobre paisagismo e desenho urbano, principalmente quando levado em conta o público e o uso desses espaços.

Alguns aspectos relacionados à qualidade dos espaços públicos são frequentemente destacados na literatura: acessibilidade, conforto, vegetação, mobiliário, caminhos, entorno e segurança. A forma como esses aspectos são mensurados e avaliados varia e são necessárias adaptações que considerem os aspectos locais e culturais e os propósitos da pesquisa. Previero (2020) aplicou uma metodologia deavaliação da qualidade espacial e vitalidade, adaptada da literatura, a espaços públicos de permanência em cidade no interior de São Paulo, e concluiu que uma complementação poderia ser feita levando em conta o ponto de vista do usuário, com aplicação de questionários ou entrevistas.

Os critérios utilizados nessa pesquisa foram escolhidos e adaptados a partir de propostas metodológicas existentes ou pesquisas acadêmicas precedentes, como os parâmetros de caminhabilidade e de mobiliário urbano de Gehl (2013). Quanto à disponibilidade de espaços de lazer, não foi estipulada área mínima, visto que a qualidade dos espaços parece ser mais importante que a quantidade delas para o bem-estar (AZADEH *et al*., 2019; MCEACHAN *et al*., 2018). Foram utilizadosos referenciais da norma de acessibilidade da ABNT (2020) para características das calçadas. O critério Área Sombreada, relacionada ao conforto, considerou os percentuais de cobertura vegetal para áreas verdes ou cidades indicados por Bargos e Matias (2011) e Silva Filho (2012). Quanto à qualificação dos EL, o mobiliário urbano e os equipamentos devem possibilitar um rol variado de atividades, para diversos públicos (ESTEVES, 2022). Uma das recomendações para o conforto de áreas abertas amigáveis a idosos com demência ou outras doenças mentais inclui a disponibilidade de bancos a cada 100 a 125m de percurso de pedestre (PANI, 2016).Foram selecionados critérios que possibilitassem identificar aspectos positivos e negativos dos Espaços de Lazer para sua utilização pelos usuários do CAPS.

2 OBJETIVO

O objetivo do trabalho é verificar se os usuários do CAPS de um município do interior paulista dispõem de Espaços de Lazer para o desenvolvimento de atividades terapêuticas. Em específico, a pesquisa buscou selecionar atributos espaciais

relevantes e desenvolver um quadro de critérios referente à disponibilidade, acessibilidade e qualidade do espaço público, e aplicá-lo ao estudo de caso.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

As técnicas de documentação utilizadas nesse trabalho foram a direta, com pesquisa de campo para levantamento in loco de dados, e documental-bibliográfica, para dados disponibilizados, majoritariamente, em documentos da Prefeitura Municipal ou estudos acadêmicos sobre a cidade. As informações levantadas foram incluídas em banco de dados georreferenciado no software QGIS®. A Elaboração dos dados foi feita em mapas e quadros síntese, para posterior interpretação e discussão.

A localização dos CAPS em relação ao sistema de lazer e as características desses espaços públicos foram analisados quanto a critérios quali-quantitativos, que possibilitaram verificar a adequação dos EL para o desenvolvimento de atividades terapêuticas.Os seis critérios são descritos no Quadro 1.

Cada critério foi avaliado como adequado, inadequado ou parcialmente adequado dependendo dos parâmetros de qualidade oferecida.

Quadro 1 Critérios e parâmetros de análise dos Espaços de Lazer

Critérios		Descrição	Parâmetros	Avaliação
1	**Espaços de Lazer**	Disponibilidade de espaços de lazer no entorno caminhável dos serviços de SM	Ausência de EL no raio de até 400m do CAPS	Inadequado
			Presença de EL no raio de até 400m do CAPS	Adequado
2	**Acessibilidade – transporte público**	Percentual da área de abrangência do serviço (em área urbana/ expansão urbana) que pode acessar o CAPS e os EL por transporte público sem baldeação	Predominantemente inacessível	Inadequado
			Predominantemente acessível	Adequado
3	**Acessibilidade - pedestre**	Acessibilidade no percurso entre o serviço de SM e os espaços de lazer pelo pedestre, avaliada pela largura da calçada	Largura até 1,90m	Inadequado
			Largura entre 1,90 e 3,00m	Parcialmente adequado
			Largura maior que 3,00 m	Adequado
		Acessibilidade no percurso entre o serviço de SM e os espaços de lazer pelo pedestre, avaliada pelas condições do pavimento da calçada	Superfície irregular, manutenção ruim (revestimento quebrado)	Inadequado
			Superfície regular, firme, estável, não trepidante e antiderrapante, manutenção boa (revestimento íntegro)	Adequado
4	**Uso do solo**	Presença de uso misto (residencial, comercial/ serviços/ industrial, equipamentos públicos) no percurso entre o CAPS e o Espaço de Lazer e seu entorno	Predominantemente monofuncional - residencial	Inadequado
			Predominantemente de uso misto	Adequado
5	**Conforto – área sombreada**	Percentual de área sombreada por vegetação em relação à área do espaço de lazer	Predominantemente exposta	Inadequado
			Predominantemente sombreada por vegetação arbórea	Adequado
6	**Mobiliário urbano**	Disponibilidade nos EL, demobiliário básico (bancos a cada 100m, lixeiras, abrigo de ponto de ônibus), ou outros mobiliários (palco, coreto, academia, playground infantil, quadra esportiva, horta)	Ausência de mobiliário básico	Inadequado
			Disponibilidade de mobiliário básico	Parcialmente adequado
			Disponibilidade de mobiliário básico e outros	Adequado

Fonte: Os autores

3.1 Local do estudo

O estudo de caso foi desenvolvido no município de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, Brasil. Foram analisados 21 Espaços de Lazer no entorno dos sete CAPS que compõe a RAPS de Ribeirão Preto, SP: CAPS III Oeste, CAPS AD – Álcool e Outras Drogas, CAPS infantil, CAPS II Sul, CAPS II Central, CAPS II Norte e Equipe Multiprofissional de Saúde Mental– AMB Leste (RIBEIRÃO PRETO, 2022).

4RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Disponibilidade de Espaços de Lazer no entorno dos CAPS

Todos os CAPS possuem pelo menos dois EL em seu entorno caminhável (raio de 400m)(Figura 1),então este parâmetro foi considerado adequado para todos.

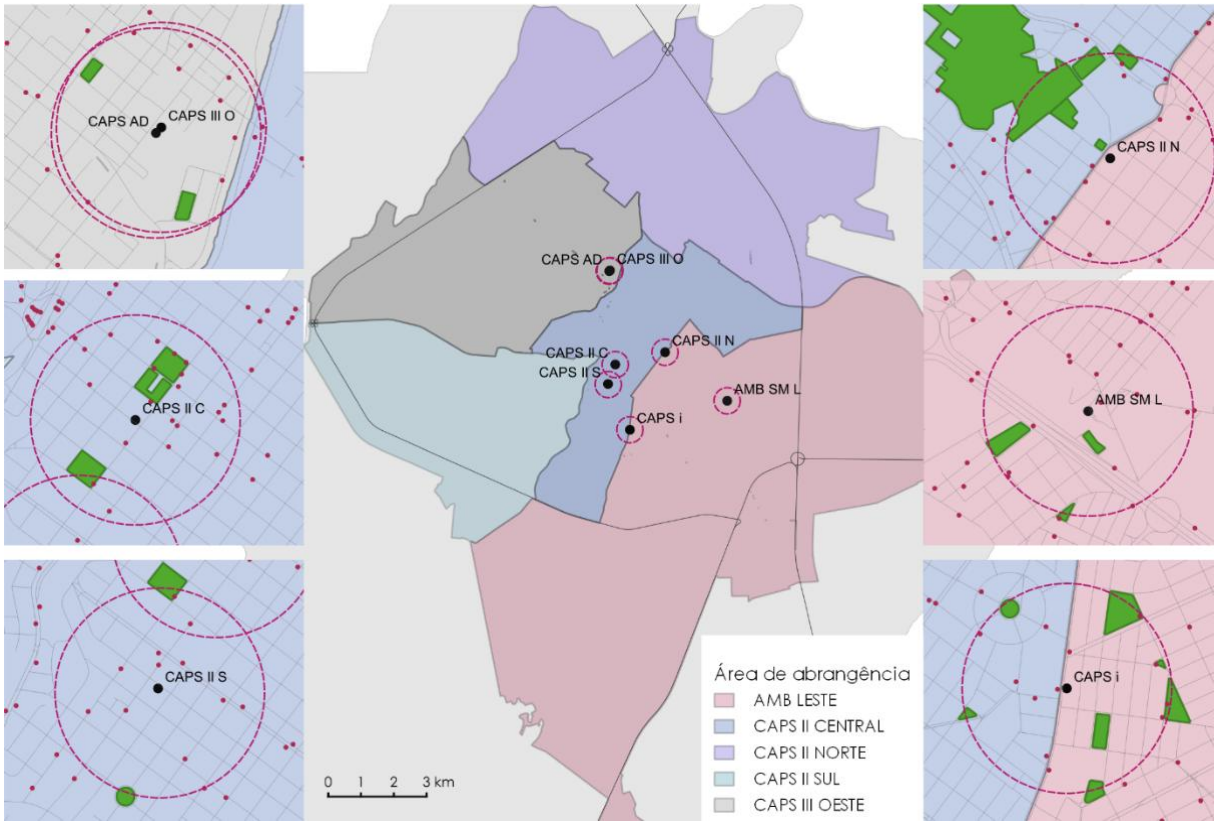


Figura 1Área de abrangência dos CAPS em Ribeirão Preto, SP (área urbana)

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de RIBEIRÃO PRETO (2021a); *id.* (2021b)

4.2 Acessibilidade ao serviço e dos espaços de lazer por transporte público em relação à área de abrangência do serviço

Somente dois dos sete CAPS tem a maior parte da sua área de abrangência atendida por transporte públicodireto (ver Gráfico 1), ou seja, área a 500m ao longo das linhas de ônibus diretas que passam próximas dos CAPS (trajeto sem baldeação), em relação à sua área de abrangência. A área acessível por transporte público sem baldeação ao CAPS III Oeste está destacada na Figura 2, em relação à área de abrangência do serviço (considerada a zona urbana).A população que não reside na área atendida pelas linhas de ônibus diretas, e depende do transporte público, deve realizar baldeação ou aumentar o percurso

de caminhada, o que dificulta o acesso ao serviço de SM.

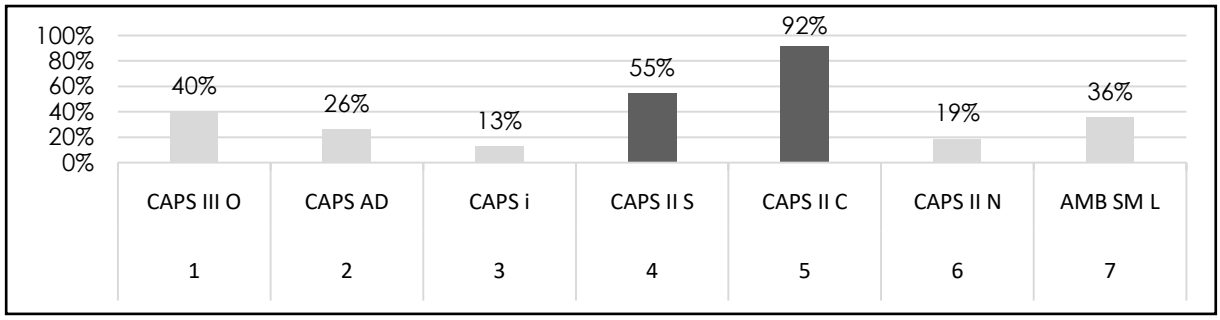
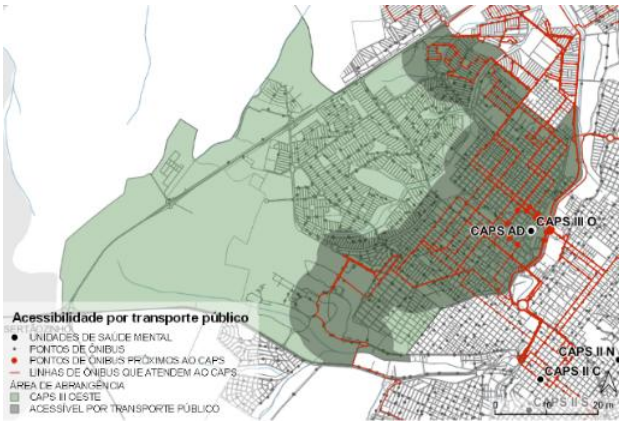


Gráfico 1 Percentual da Área de Abrangência dos CAPS atendido por transporte público

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de RIBEIRÃO PRETO (2016); id. (2021a); id. (2022)

Figura 2 Acessibilidade por transporte público ao CAPS III Oeste



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de RIBEIRÃO PRETO (2016); *id*. (2021a); *id*.(2022)

4.3 Acessibilidade ao serviço e aos Espaços de Lazer pelo pedestre

As calçadas que interligam o menor trajeto entre os CAPS e os Espaços de Lazer foram classificadas conforme sua largura e qualidade do pavimento, considerada adequada quando, na inspeção visual, o percurso tem superfície regular, firme, estável, não trepidante para dispositivos com rodas e antiderrapante, conforme a norma brasileira de acessibilidade - NBR 9050 (ABNT, 2020). Esses dois critérios permitem identificar se o percurso obedece ao desenho universal, possibilitando a circulação de todas as pessoas.Os CAPS II Sul, CAPS II Central e CAPSi, localizados no setor central e sul de Ribeirão Preto, possuem melhor acessibilidade pelo pedestre ao serviço e aos espaços de lazer no entorno que os demais CAPS.Os CAPS AD e CAPS III Oeste possuem a pior acessibilidade, quando consideradas a largura de calçada e condição da pavimentação.

4.4 Uso do Solo no percurso entre CAPS e Espaços de Lazer

A variedade de usos favorece a presença de pessoas transitando pelo espaço público em diferentes horas do dia e a vigilância da cidade pela própria comunidade, condições para a segurança na cidade (JACOBS, 2011).Foram avaliados 691 imóveis lindeiros aos EL e no menor percurso destes até os CAPS. Os bairros onde os serviços se localizam são todos de uso misto. O entorno dos EL próximos ao CAPS III Oeste e CAPS AD (1 e 2, com 72%) e ao Ambulatório Leste (7,

com 84%) são predominantemente monufuncionais, considerados inadequados. Os demais CAPS são de uso misto ou não residencial, sendo consideradas adequadas (ver Gráfico 2).

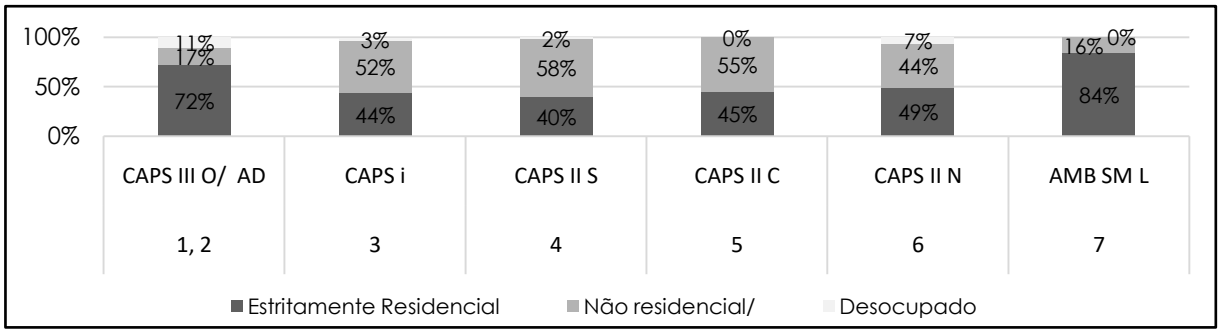


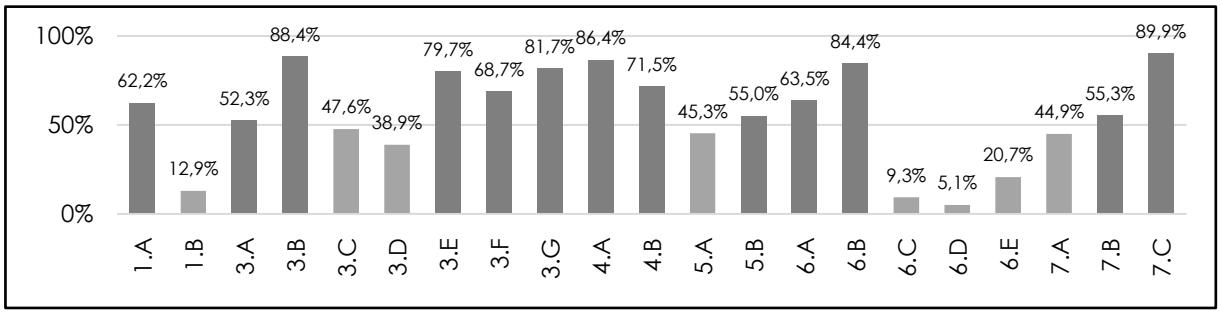
Gráfico 2 Uso do solo nos imóveis no entorno dos CAPS

Fonte: Os autores

4.5 Conforto – área sombreada dos Espaços de Lazer

Para avaliar a possibilidade de realização de atividades terapêuticas nos Espaços de Lazer no entorno de serviços de saúde mental, adotamos como adequados aqueles predominantemente sombreados, entendido como EL que tenham mais de 50% de cobertura arbórea e arbustiva (em destaque no Gráfico 3).

Gráfico 3 Percentual de cobertura arbórea e arbustiva dos EL no entorno dos CAPS



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Ecossis (2022)

4.6 Mobiliário urbano dos Espaços de Lazer

A partir do levantamento *in loco* de 355 mobiliários urbanos distribuídos nos 21 EL, verificou-se que7,6% (27) destes estavam deteriorados. DezesseteEL foram considerados inadequados pois não dispõem de mobiliário básico, inclusive todos os EL próximos ao CAPS III Oeste, CAPS AD e AMB Leste. Três espaços foram considerados parcialmente adequados por possuírem apenas o mobiliário básico (3.A, 3.E e 4.B). Cinco EL (4.A, 5.A, 5.B, 6.C e 6.D) foram avaliados como adequados, pois além do mobiliário básico, possuem playground infantil, horta, quadras, coretos ou quiosques.

4.7 Resultado da análise de adequação dos ELem Ribeirão Preto, SP

Foram analisados 21 Espaços de Lazer no entorno de sete CAPS de Ribeirão Preto, com dados obtidos por meio de pesquisa documental e levantamento in loco. Os critérios de análise aplicados para verificação da possibilidade de uso para o desenvolvimento de atividades terapêuticas foram: i) a disponibilidade de espaços de lazer no entorno caminhável dos serviços de SM, ii) a acessibilidade por transporte público a partir da área de abrangência do serviço de SM, iii) a acessibilidade pelo pedestre entre os CAPS e os EL, iv) o uso no solo nos percursos entre os CAPS e os EL, v) o conforto ambiental, pelo sombreamento dos EL por vegetação e vi) o mobiliário urbano instalado nos EL.Todos os serviços de SM possuíam pelo menos dois EL em seu entorno caminhável.Oito dos 21 EL foram considerados adequados ao desenvolvimento de atividades terapêuticas (ver Quadro 2). Os EL localizados nos setores central e sul são mais acessíveis e melhor qualificados, quando comparado aos EL nos setores oeste, norte e leste.As principais inadequações dos EL relacionam-se à falta de acessibilidade por transporte público e à ausência de mobiliário urbano que qualifique o espaço para o uso terapêutico seguro e confortável.

Quadro 2 Adequação dos EL ao desenvolvimento de atividades terapêuticas

Critérios / **Espaços de Lazer**			**1**	**2**	**3**		**4**	**5**	**6**
					3.1	**3.2**			
Oeste AD	1.A	Praça Dr. Eduardo Antão*	A	I	I	I	I	A	I
	1.B	Praça s/n na Rua Odilon Arcêncio*			I	A		I	I
CAPS i	3.A	Praça João Marchesi	A	I	PA	A	A	A	PA
	3.B	Praça s/n na Rua Dr. Álvaro Paiva			PA	A		A	I
	3.C	Praça Antônio Paulo Romano			A	A		I	I
	3.D	Praça Benedito Sampaio			A	A		I	I
	3.E	Praça Rudolf Steiner			A	A		A	PA
	3.F	Praça Boaventura Ferreira da Rosa			A	A		A	I
	3.G	Praça Damasco			PA	I		A	I
Sul	4.A	Praça Luiz de Camões*	A	A	PA	A	A	A	A
	4.B	Antônio Lopes Velludo			PA	A		A	PA
Cen-tral	5.A	Praça da Catedral	A	A	A	A	A	I	A
	5.B	Praça das Bandeiras			PA	A		A	A
Norte	6.A	Bosque Fábio Barreto	A	I	I	I	A	A	I
	6.B	Sistema de Recreio s/n na Rua da Redenção			A	I		A	I
Norte	6.C	Praça Alto de São Bento			I	I		I	A
	6.D	Praça Joaquim D. Ledo			I	I		I	A
	6.E	Parque Morro de São Bento			A	A		I	I
AMB SM Leste	7.A	Praça s/n na Rua José Barilari	A	I	PA	I	I	I	I
	7.B	Praça s/n na Rua Dr. Joaquim Estanislau de Gusmão			A	A		A	I
	7.C	Praça s/n na marginal da Av. Pres. Castelo Branco			I	A		A	I

I – Inadequado / PA - Parcialmente adequado / A- Adequado
1. Disponibilidade 2. Acessibilidade (transporte público), 3. Acessibilidade (pedestre) – 3.1 largura e 3.2 pavimento, 4. Uso do Solo, 5. Conforto (sombreamento) e 6. Mobiliário Urbano

Fonte: Os autores

5 CONCLUSÕES

As atividades terapêuticas desenvolvidas ao ar livre podem ser adaptadas para os espaços públicos de lazer, potencialmente favorecendo o direito a cidade e a redução do estigma em relação aos usuários dos CAPS. A melhoria na qualidade dos espaços de lazer é positiva também para a comunidade, pois, sendo um local de livre acesso, outros públicos podem usufruir dele. Essa integração é desejável, na medida em que favorece o resgate dos vínculos comunitários. A qualificação do sistema de espaços livres pode garantir o espaço adequado para o desenvolvimento de atividades ao ar livre para os usuários dos CAPS e contribuir para a promoção da saúde mental nas cidades. A pesquisa pode ter continuidade com complementação do método proposto com informações do ponto de vista do usuário. A aplicação de questionários ou entrevistas ou de metodologias de análise pós ocupação poderiam ampliar à compreensão a respeito da adequação espaços de lazer existentes para atividades terapêuticas. Assim, seria possível propor intervenções urbanísticas no entorno dos CAPS para criar ELs mais inclusivos.

REFERÊNCIAS

ABNT ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS**. NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 4a ed. Rio de Janeiro: 2020.

AZADEH, Seyed Reza; MOHAMMADI, Jamal; DOOST, Hamid Taher Neshat. The Relationship Between Urban Environmental Quality and Mental Health (Depression Scale): Evidence From Iran. **Journal of Urban and Environmental Engineering**, v. 13, n. 2, p. 285–293, 6 out. 2019.

BARGOS, DanúbiaCaporusso; MATIAS, Lindon Fonseca. Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 6, n. 3, p. 172, 1 maio 2019.

ECOSSIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS S/S LTDA - EPP. Relatório Final - **Inventário amostral da arborização de acompanhamento viário**, jan. 2022. Disponível em: <https:\\www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/pdf/ambiente24202205.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2022.

ESTEVES, Juliana Cardoso. **Urbanidade e Vitalidade nos espaços públicos em novas áreas residenciais verticalizadas Estudo de casos em Londrina - PR e Ribeirão Preto - SP**. 2022. 366 f. Tese (doutorado) – UFSCar, São Carlos, 2022. Disponível em: < https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/16614>. Acesso em: 1 mar. 2023.

FIORATI, Regina Celia. **A organização dos serviços extra-hospitalares de saúde mental, o projeto terapêutico e a inserção da reabilitação psicossocial**. 2010. Tese (doutorado) – USP, Ribeirão Preto, 2010. Disponível em: < https://doi.org/10.11606/T.22.2010.tde-16112010-110619>. Acesso em: 12 out. 2022.

FRAZATTO, Carina Furlaneto; FERNANDES, Juliana Cristina. Práticas do CAPS I e o desafio da desinstitucionalização. **Psicologia Revista**, v. 30, n. 1, p. 54–75, 1 set. 2021.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. Tradução Anita Di Marco. Segunda edição ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

MCEACHAN, Rosemary R C et al. Availability, use of, and satisfaction with green space, and children's mental wellbeing at age 4 years in a multicultural, deprived, urban area: results

from the Born in Bradford cohort study. **The Lancet Planetary Health**, v. 2, n. 6, p. e244–e254, jun. 2018.

PANI, Barbara. Improving the lives of people with dementia through urban design. **Journal of Urban Design and Mental Health**, n. 1, p. 9, fev. 2016.

PREVIERO, Eduarda de Mattos. **Espaços públicos de permanência: metodologia de avaliação da qua**lidade espacial e vitalidade. Dissertação (mestrado), Unesp, Bauru, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/194499>. Acesso em: 05 set. 2023.

RIBEIRÃO PRETO, Prefeitura Municipal de. COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE RIBEIRÃO PRETO - CODERP. **Mapa da Cidade**. 2021a. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/geoprocessamento/g01/g0101000i.php>. Acesso em: 17 set. 2022.

_____. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE. **Plano Municipal de Saúde 2022-2025.** 2021b. Disponível em: https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/pdf/saude171202306.pdf Acesso em: 4 set. 2023.

_____. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE. **Área de Abrangência e Horários de Acolhimento Serviços Especializados de Saúde Mental**. 2022. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/dps/horarios-acolhimento-saude-mental>. Acesso em: 18 jun. 2022.

_____. TRANSERP. **Guia do Transporte Urbano**. 2016. Disponível em:<https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/transerp/guia-do-transporte-urbano>. Acesso em: 18 jun. 2022.

SILVA FILHO, Demóstenes Ferreira da. **Plano Diretor de Arborização Urbana - Estabelecimento de áreas prioritárias para a arborização por meio de sensoriamento remoto e geotecnologias para o Município de Ribeirão Preto, SP**. Piracicaba: 2012. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/pdf/ambiente35202111.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2023.